

Interfaces foucaultianas na formação de professores: percursos de saber, poder e subjetivação nas políticas públicas educacionais

*Foucauldian interfaces in teacher education:
pathways of knowledge, power, and subjectivation in educational public policies*

*Interfaces foucaultianas en la formación docente:
recorridos de saber, poder y subjetivación en las políticas públicas educativas*

Vidiane Casimiro da Silva¹
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Marcello Ferreira²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Este ensaio teórico tem por finalidade analisar os conceitos filosóficos de Michel Foucault e suas possíveis implicações para as políticas públicas de formação de professores no Brasil. A partir de uma perspectiva foucaultiana, busca-se compreender como os discursos, os dispositivos de poder e os regimes de verdade influenciam os modos de constituição do sujeito professor, as práticas educativas e a formulação de programas formativos. Fundamentado nos conceitos de arqueogenealogia, biopolítica, governamentalidade, discurso e subjetivação, propõe reflexão crítica acerca das estruturas que sustentam os modelos institucionais de formação de professores – continuada ou inicial.

Palavras-chave: Formação de professores; Foucault; Políticas públicas; Saber-poder-subjetividade.

Abstract: This theoretical essay aims to analyze Michel Foucault's philosophical concepts and their possible implications for public policies on teacher education in Brazil. From a Foucauldian perspective, it seeks to understand how discourses, power devices, and truth regimes influence the constitution of the teacher-subject, educational practices, and the design of training programs. Grounded in the concepts of archeogenealogy, biopolitics, governmentality, discourse, and subjectivation, the text proposes a critical reflection on the structures that support institutional models of teacher education—both initial and continuing.

Keywords: Teacher education; Foucault; Public policies; Knowledge-power-subjectivity.

Resumen: Este ensayo teórico tiene como objetivo analizar los conceptos filosóficos de Michel Foucault y sus posibles implicaciones para las políticas públicas de formación docente en Brasil. Desde una perspectiva foucaultiana, se busca comprender cómo los discursos, los dispositivos de poder y los regímenes de verdad influyen en la constitución del sujeto profesor, en las prácticas educativas y en la formulación de programas formativos. Basado en los conceptos de arqueogenealogía, biopolítica, gubernamentalidad, discurso y subjetivación,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, (RS), Brasil. E-mail: vidiane.silva@capes.gov.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1438031912834403>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4914-7896>.

² Doutor em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, (RS), Brasil. E-mail: marcellof@unb.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3108824986425884>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4945-3169>.

propone una reflexión crítica sobre las estructuras que sustentan los modelos institucionales de formación docente —inicial o continua.

Palabras clave: Formación docente; Foucault; Políticas públicas; Saber-poder-subjetividad.

Recebido em: 02 de julho de 2025

Aceito em: 21 de junho de 2026

Introdução

A formulação de políticas públicas voltadas à formação de professores no Brasil está entrelaçada a dinâmicas complexas que envolvem a produção de saberes, a criação de dispositivos reguladores e a constituição de subjetividades de professores. Essas políticas não se estabelecem em um campo neutro ou meramente técnico; antes, emergem de um espaço discursivo permeado por relações de poder que orientam as maneiras como se pensa, conduz e avalia o trabalho educativo. Em vez de representar um conjunto harmônico de orientações pedagógicas, as políticas formativas se articulam a partir de disputas por legitimidade e hegemonia no campo educacional (Mainardes, 2006, p. 52).

Diante da complexidade que envolve a análise das políticas educacionais, é imprescindível questionar as bases conceituais que sustentam as investigações nesse campo. Tal necessidade é ainda mais evidente no cenário brasileiro, no qual estudos relacionados a políticas públicas em educação enfrentam desafios epistemológicos e metodológicos significativos.

A reflexão sobre tal abordagem é bastante útil no contexto brasileiro uma vez que o campo de pesquisa em políticas educacionais no Brasil é relativamente novo e ainda não consolidado em termos de referenciais analíticos consistentes, e que, de resto, sofre as indefinições resultantes da crise de paradigmas que afeta as ciências sociais e humanas na contemporaneidade. Além disso, até o presente, poucos autores têm discutido ou buscado delinear referenciais analíticos mais específicos para a pesquisa de políticas públicas, sociais e educacionais (Mainardes, 2006, p. 48).

Inspirado pelas contribuições de Michel Foucault ao campo da formação discursiva, este ensaio propõe uma leitura crítica das políticas de formação de professores a partir das categorias de discurso, saber, poder, biopolítica, governamentalidade e subjetivação. Trata-se de um esforço teórico que visa compreender como tais políticas operam na constituição do sujeito professor, não apenas como transmissor de conteúdos, mas como objeto e efeito de discursos normativos que o moldam, o classificam e o regulam. A partir da arqueogenealogia

foucaultiana³ (Foucault, 2000; 2008a) o professor aparece como uma construção discursiva e histórica, produzida em meio a disputas de verdade e práticas institucionais.

Ao lançar mão da abordagem foucaultiana, este trabalho afasta-se da visão tradicional que encara a formação de professores como um processo linear e acumulativo. Em vez disso, investiga os regimes de verdade que sustentam as práticas formativas, bem como os dispositivos que instauram uma determinada racionalidade pedagógica. Essa racionalidade se traduz em mecanismos de avaliação, em prescrições curriculares e em exigências de performance, que fazem da formação de professores um espaço de captura e normalização dos sujeitos (Foucault, 1979a; 2008; Ferreira, 2018; Ferreira *et al.*, 2022).

Essa base teórica não se justifica apenas por sua proeminência nas ciências humanas, mas, sobretudo, pela potência analítica de seus conceitos para problematizar os fundamentos epistemológicos e políticos da educação. Pensar a formação de professores com base em Foucault é reconhecer que o campo educacional está submetido a dispositivos saber-poder que regulam modos de ensinar e de ser professor. Isso exige deslocar o olhar das estruturas institucionalizadas para os discursos que as legitimam e sustentam sua autoridade (Foucault, 2012; 2024; Ferreira, *et al.*, 2022).

Nesse sentido, entender a formação de professores como prática política implica encarar o professor como um sujeito em constante processo de subjetivação, atravessado por múltiplas exigências, normas e expectativas. O foco é, portanto, refletir criticamente acerca dos efeitos das políticas educacionais na constituição da identidade do professor, observando os modos pelos quais o poder se inscreve na formação e na prática pedagógica. A perspectiva foucaultiana convida, assim, à suspeita, à problematização e à resistência frente aos discursos que pretendem dizer, de forma definitiva, o que deve ser um professor (Ferreira *et al.*, 2022).

2. Discurso, saber e poder: os fundamentos foucaultianos

A produção do conhecimento, em especial no campo educacional, não pode ser compreendida fora das redes de poder e das práticas discursivas que a sustentam (Ferreira, 2018). Michel Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (2008a), propõe uma inflexão analítica que rompe com a linearidade das histórias tradicionais das ideias. Em vez de buscar a origem ou a intenção de um autor, o foco se desloca para as condições que tornam possível a emergência

³ A arqueogenealogia foucaultiana apresenta-se como uma metodologia que articula análise histórica e crítica das práticas discursivas (Foucault, 2000; 2008a).

de determinados discursos, em detrimento de outros. Tal abordagem arqueológica permite desnaturalizar o conhecimento e reconhecer sua constituição histórica, contingente e política.

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa "dizer alguma coisa" e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação - essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época (Foucault, 2008a, p. 50).

Os discursos, segundo Foucault, não são meros reflexos da realidade, tampouco espelhos de verdades universais. Eles operam como práticas que produzem saberes, estabelecem exclusões, regulam o que pode ser dito e por quem em determinado campo de significação. Assim, os discursos não apenas comunicam ideias, mas constroem os objetos de que falam, definem sujeitos e instauram regimes de verdade. A esse respeito, o campo educacional é profundamente moldado por essas práticas discursivas, que normatizam a figura do professor, os conteúdos escolares e as formas de ensinar. A formação dos professores, portanto, é atravessada por discursos que delineiam contornos do que se entende como profissionalismo, competência pedagógica, inovação, entre outros termos caros às políticas educacionais contemporâneas. Tais noções não emergem espontaneamente, mas são engendradas em redes discursivas e práticas institucionais que operam classificações, hierarquias e exclusões. Essa rede discursiva configura também um espaço de poder e subjetivação:

A forma como nos habituamos a fazer pesquisa em ensino [...], os dispositivos de que fazemos uso, os saberes que constituímos para e como consequência disso, não são neutras. Elas se situam num campo de determinação de saberes, num espaço de exercício de poder e numa zona de constituição de sujeitos. É a tentativa de organização dessas correlações que buscamos encontrar, em Foucault, nas perspectivas do ser-saber, do ser-poder e do ser-consigo (Ferreira, 2018, p. 6).

Nessa perspectiva, a formação de professores deve ser compreendida como uma prática política e discursiva, que não apenas transmite conteúdos ou técnicas, mas que constitui sujeitos professores em consonância com determinados ideais de governabilidade e eficiência. Os saberes pedagógicos que circulam nos currículos de licenciatura e nos programas de formação continuada são permeados por normas que estabelecem o que é desejável, aceitável e valorizado no fazer professor. Esses saberes são, portanto, profundamente reguladores (Ferreira *et al.*, 2022). Além disso, o discurso educacional está implicado em uma série de dispositivos, conceito central na obra foucaultiana.

Dispositivos são arranjos heterogêneos compostos por discursos, instituições, normas, práticas, táticas, cálculos, saberes e enunciados, que visam gerir condutas e produzir efeitos de verdade. No contexto da formação de professores, se materializam em regulação e fomento, diretrizes curriculares, seleção de temas, definição de materiais e métodos, instrumentos e indicadores em avaliações de desempenho, articulação a entes privados, organismos e instituições internacionais, políticas de bonificação, plataformas digitais de ensino, entre outros. Todos esses elementos participam da constituição de uma racionalidade pedagógica que orienta e disciplina a formação e as práticas consequenciais dos profissionais da educação.

Ao compreender os discursos como elementos operativos do poder, Foucault nos oferece ferramentas para pensar a formação de professores para além do campo técnico. Por meio de suas análises, é possível vislumbrar a docência como uma construção discursiva que se realiza na interseção entre saber e poder. O saber pedagógico, aqui, não é um acúmulo neutro de conhecimentos, mas um conjunto de práticas reguladas que sustentam a autoridade do professor e definem suas margens de ação.

A articulação entre saber e poder, tão enfatizada por Foucault (1979a), revela que não há conhecimento fora das relações de poder. O professor, como sujeito de saber, insere-se em um domínio de forças que, a um só tempo, lhe atribui autoridade e o submete a normas de conduta e avaliação. A produção de discursos acerca do que seja ser um bom professor está, assim, atrelada a jogos de poder que buscam capturar a subjetividade professor e orientá-la a partir de determinados objetivos políticos e econômicos. Essa compreensão permite ademais uma leitura crítica das políticas públicas de formação de professores, que muitas vezes se apresentam como neutras ou técnicas sob o regime da administração científica como suposta isenção ideológica. Longe disso, tais políticas estão inseridas em regimes discursivos que buscam produzir sujeitos conformes com os padrões de governamentalidade exigidos pela sociedade contemporânea. As práticas formativas, com isso, não apenas habilitam o exercício da profissão professor, mas fabricam modos de ser professor que atendam aos interesses hegemônicos do Estado, do mercado e das instituições educacionais.

Cabe, portanto, reconhecer que o discurso pedagógico e as políticas que dele derivam têm papel central na produção da docência como modo de vida e identidade profissional. As diretrizes curriculares, os padrões de competência, os indicadores de qualidade e os dispositivos de avaliação são enunciados que circulam em espaços escolares e acadêmicos, disciplinando práticas e definindo os limites da atuação professor. Esses discursos não são homogêneos, mas coexistem em tensões, disputas e deslocamentos. Por

isso, analisar os discursos que organizam a formação professor exige um olhar atento às condições históricas e políticas que os tornaram possíveis, aos efeitos que produzem sobre os sujeitos e às resistências que deles podem emergir. O pensamento foucaultiano convida à desnaturalização dos saberes pedagógicos e à problematização dos modos como eles participam da constituição dos professores como sujeitos normalizados, eficientes e responsivos às expectativas institucionais.

É fundamental perceber que os discursos não apenas constroem o mundo; antes, o fazem de maneiras múltiplas, atravessadas por desigualdades, exclusões e possibilidades de reinvenção. Ao deslocar o foco da essência para as práticas, Foucault oferece ao campo da educação uma lente potente para desestabilizar certezas e abrir caminhos para a construção de outros modos de pensar, de ensinar e de formar sujeitos.

3. A governamentalidade e a gestão da formação de professores

A noção de governamentalidade, desenvolvida por Michel Foucault em seus cursos no *Collège de France* e consolidada na obra *Governo de si e dos outros* (Foucault, 2009), constitui um eixo teórico relevante para a análise das políticas públicas de formação de professores. Com este conceito, Foucault desloca o entendimento clássico do poder como mera repressão, propondo um modo de condução das condutas dos indivíduos e das populações por meio de dispositivos reguladores, normas sutis e racionalidades políticas que operam nos níveis institucional e subjetivo. A governamentalidade, nesse contexto, é a arte de governar, não apenas no sentido estatal, mas no governo de condutas que leva à produção de subjetividades e que se auto conduz conforme valores socialmente legitimados.

No campo da educação, a governamentalidade se manifesta como um conjunto de práticas que visam moldar a conduta professor em consonância com padrões preestabelecidos de competência, produtividade, inovação e responsabilidade. A formação de professores, nesse horizonte, não se limita à transmissão de saberes técnicos e pedagógicos, mas atua como um campo de normalização e controle, no qual o professor é interpelado por expectativas institucionais que o posicionam como sujeito de dever e autovigilância. Dessa maneira, o poder não age de maneira coercitiva, mas se insinua em práticas cotidianas que induzem condutas desejáveis. O poder não é apenas constritor; é, pois, produtor.

É nesse sentido que a formação continuada de professores, frequentemente apresentada como uma política emancipadora e de valorização profissional, assume a forma de um dispositivo de aperfeiçoamento permanente, sustentado por mecanismos de avaliação, métricas de desempenho e processos contínuos de *accountability*. Tais métodos

operam na captura da subjetividade dos professores, promovendo a interiorização de normas que passam a ser vivenciadas como escolhas pessoais, quando, na realidade, derivam de estratégias políticas mais amplas. Ferreira *et al.* (2023) evidenciam esse movimento de maneira contundente ao apontarem:

No sentido processual, os saberes se estabelecem estrategicamente, na medida em que se vinculam às relações de poder existentes, das quais derivam sua emergência e permanência. Decorre desse *continuum* arqueogenalógico o deslizamento intencional do qual emerge a dimensão subjetiva, já não mais referível a uma intencionalidade virtualmente aberta, totalmente selvagem e indomada, *locus* de uma visão romântica da liberdade (Ferreira *et al.*, 2023, p. 12).

Esse diagnóstico revela que a contemporânea subjetividade dos professores é atravessada por uma racionalidade política que desloca a noção de autonomia para a esfera da autogestão normatizada. Em outros termos, o professor é convocado a ser empreendedor de si mesmo na expressão mais eloquente do neoliberalismo, assumindo a responsabilidade pelo seu desenvolvimento, desempenho e eficácia, muitas vezes em contextos marcados por precarização, instabilidade e ausência de condições materiais adequadas ao exercício da profissão (Dardot; Laval, 2016). Seja na política, seja nas instituições, a educação vai continuamente cedendo sua condição de bem público para assumir o caráter e a lógica de um bem – como qualquer outro – sem referências sociais, voltado à eficiência mercadológica de gestão e resultados e ao lucro rápido e sem compromisso político e ético (Laval, 2004).

A governamentalidade, nesse aspecto, inscreve-se em um paradigma de gestão que transforma a educação em um campo de regulação permanente. A profissionalização do professor é articulada como um processo contínuo de adaptação às exigências de um mercado educacional em constante mutação, no qual o ideal de professor reflexivo e inovador funciona como modelo normativo que orienta políticas e práticas formativas. A retórica da inovação, da liderança pedagógica e da excelência substitui a valorização da experiência, do diálogo e da construção coletiva do conhecimento (Foucault, 2009, p. 287). Nessa senda, não há, portanto, absolutamente nada de disruptivo.

Importa destacar que tais construções não emergem de maneira espontânea ou desinteressada, mas respondem a projetos políticos que buscam formar sujeitos capazes de atuar eficazmente dentro de uma lógica neoliberal, marcada pela racionalidade instrumental, pela produtividade e pela responsabilização individual. O professor torna-se, então, uma peça fundamental no processo de modernização educacional, não por ser reconhecido como sujeito criativo e autônomo, mas por sua capacidade de ajustar-se às demandas institucionais e performar de acordo com indicadores previamente definidos.

Neste cenário, a formação de professores é atravessada por um duplo movimento: de um lado, promove-se o discurso da autonomia, do empoderamento e da autoria profissional; de outro, consolidam-se dispositivos de vigilância, regulação e conformidade que restringem as possibilidades de experimentação e contestação. A liberdade não é mais concebida como expressão de singularidade ou espaço de invenção, mas como adesão voluntária às normas impostas. A autovigilância, nesse sentido, torna-se uma extensão do controle institucional, operando por meio de mecanismos como autoavaliações, portfólios reflexivos, metas de desenvolvimento profissional e métricas de impacto.

A partir do referencial foucaultiano, esse modelo de formação não se limita a estruturar práticas pedagógicas, mas a fabricar sujeitos ajustados à racionalidade do presente. O ideal de professor eficaz, comprometido, inovador e resiliente não é uma realidade neutra, mas um produto discursivo que orienta políticas públicas, currículos e avaliações. A performatividade torna-se um imperativo, e a subjetividade dos professores é reconfigurada a partir da lógica da gestão, da produtividade e da eficácia.

Conforme se depreende da análise proposta por Foucault, a governamentalidade não age pela imposição explícita, mas por meio da constituição de dispositivos que operam sobre os desejos, as crenças e os modos de ver o mundo dos sujeitos (Foucault, 2009). No caso dos professores, essa dinâmica se manifesta na internalização de expectativas de desempenho, na adesão a práticas padronizadas de ensino e na conformidade com os objetivos das instituições educativas. A governamentalidade, portanto, transforma o campo da formação de professores em um território de disputa simbólica, no qual se joga não apenas o que o professor deve saber, mas, sobretudo, quem ele deve ser.

Compreender a formação de professores a partir do conceito de governamentalidade implica problematizar os modos como são subjetivados pelas políticas que os convocam à autogestão, ao aperfeiçoamento contínuo e à conformidade com padrões de excelência. Tal problematização é essencial para abrir espaço à construção de outras maneiras de ser professor, baseadas em processos mais democráticos, colaborativos e críticos de formação, que reconheçam a complexidade da prática dos professores e a legitimidade dos saberes produzidos no cotidiano das escolas (Ferreira *et al.*, 2022).

4. Biopolítica e normalização na formação de professores

A inserção do conceito de biopolítica no pensamento de Michel Foucault marca uma inflexão analítica fundamental na compreensão dos modos contemporâneos de exercício do poder. A análise crítica das políticas educacionais exige o reconhecimento de que sua

formulação e implementação não decorrem de decisões técnicas neutras, mas são atravessadas por disputas simbólicas, ideológicas e relações de poder. A abordagem do ciclo de políticas proposta por Mainardes (2006) fornece uma importante contribuição ao evidenciar os processos contraditórios que envolvem a construção de políticas públicas no campo educacional. Como aponta o autor:

As políticas educacionais não são o resultado de decisões racionais, tomadas a partir de um conhecimento técnico neutro e objetivo. Elas são, ao contrário, processos profundamente ideológicos, nos quais diferentes atores, com distintos interesses e posicionamentos políticos, sociais e culturais, disputam a definição dos problemas educacionais e das soluções a serem implementadas (Mainardes, 2006, p. 51).

Essa compreensão dialoga diretamente com a perspectiva foucaultiana, ao considerar que toda política educacional é também um artefato discursivo, sustentado por regimes de verdade e estratégias de poder. O poder não é localizado ou concentrado em uma única instância, mas difuso, capilar e incorporado nas práticas sociais (Foucault 1979a; 2008b). Assim, políticas de formação de professores não são apenas mecanismos administrativos, mas dispositivos que operam sobre os sujeitos, constituindo modos de ser e agir por meio da normatização de saberes e da produção de subjetividades. A partir dessa articulação, é possível perceber que os processos de formulação e implementação das políticas educacionais envolvem relações assimétricas de poder que se expressam nos discursos legitimados institucionalmente. A formação de professores, nesse campo, não é apenas técnica, mas eminentemente política e ideológica: é nela que se disputa quem tem direito a dizer o que é ensinar, o que é ser professor e quais conhecimentos merecem reconhecimento e circulação nos espaços escolares.

Em *Nascimento da biopolítica*, Foucault (2008b) descreve como, a partir do século XVIII, o poder deixa de incidir exclusivamente sobre indivíduos, corpos isolados ou territórios, passando a operar em escala populacional. A biopolítica inaugura, assim, um modo de governar centrado na administração da vida, na regulação da saúde, na vigilância dos comportamentos e na normatização dos sujeitos — tudo isso em nome da racionalização do Estado e da maximização da produtividade social.

No campo educacional, essa racionalidade biopolítica se manifesta na constituição de um aparato de saber-poder que estrutura políticas públicas, práticas pedagógicas e modos de subjetivação dos professores que, nesse cenário, são tomados como agentes estratégicos no processo de produção e controle da vida social. Sua atuação é regulada por normativas que estabelecem condutas aceitáveis, valores a serem cultivados, padrões de desempenho a serem

atingidos e uma imagem ideal de profissional a ser imitada. Ao invés de operar por coerção direta, o poder incide de maneira difusa, por meio de múltiplos dispositivos que conformam os corpos e orientam as suas condutas.

A formação dos professores, portanto, não escapa a essa lógica. Ao contrário, é um dos principais vetores de disseminação de dispositivos normativos que orientam a constituição do “bom professor”. Essa figura não é construída ao acaso, mas resulta de processos discursivos que articulam competências técnicas, habilidades socioemocionais e capacidades relacionais como atributos desejáveis. A eficácia, a resiliência, a inovação, o domínio de tecnologias e o comprometimento com resultados tornaram-se, nas últimas décadas, palavras de ordem que estruturam as políticas formativas e os modelos institucionais de formação de professores.

Esses processos operam por meio daquilo que Foucault (1979a) denomina disciplina⁴, a regulação dos comportamentos e a padronização dos modos de agir. Ao ser aplicada no campo da formação de professores, a disciplina assume a forma de prescrições curriculares rígidas, avaliações sistemáticas, protocolos de atuação pedagógica, instrumentos de controle de qualidade e exigências de formação contínua obrigatória. Trata-se de um regime de normalização que, ao instaurar o padrão, torna invisíveis as singularidades, as resistências e os saberes produzidos localmente. Essa lógica normalizadora opera não apenas sobre o que o professor deve saber, mas sobre o modo como ele deve ser. Há uma exigência constante de autorregulação, de conformidade com ideais institucionais e de responsividade a metas que frequentemente ignoram as complexidades e contradições da realidade escolar. A diversidade de contextos, as diferenças socioculturais, os estilos de ensino e as epistemologias não hegemônicas são frequentemente silenciadas em nome da padronização e da eficácia.

Como sugere Foucault, a biopolítica não opera por imposição direta, mas por meio da internalização de normas, saberes e condutas (Foucault, 1979b, p. 89). O sujeito professor é convidado a desejar aquilo que se espera dele, a ajustar-se voluntariamente a critérios de excelência, a investir em sua própria formação como capital simbólico. A liberdade de escolha, nesse paradigma, torna-se um exercício orientado por normas invisíveis que determinam o que pode ou não ser pensado, dito e feito no espaço educacional. O controle opera, assim, por meio da gestão dos riscos, da antecipação dos desvios e da incorporação das condutas esperadas.

A biopolítica redefine a noção de poder, não mais centrada na soberania ou na repressão, mas na produção da vida governável (Foucault, 2008b, p. 137). No contexto da docência, implica que a formação de professores deixa de ser um espaço de construção crítica e coletiva (Ferreira *et al.*, 2022) para tornar-se um campo de modulação de competências e de sujeição a

⁴ Foucault (1979a) concebe a disciplina como uma técnica de poder que tem por finalidade a docilização dos corpos, a modulação dos gestos.

regimes avaliativos (Laval, 2014; Dardot; Laval, 2016). A profissionalização do professor é reduzida a um processo de ajuste técnico, monitoramento de resultados e incorporação de indicadores externos, desvalorizando a dimensão ética, política e emancipatória da prática educativa. Lançado em contextos de precarização, expropriação, competitividade e automação, vê sua carreira, sua remuneração e suas condições de trabalho crescentemente deterioradas – o que, por decorrência, reduz abruptamente qualquer motriz de resistência.

Esse modo de gestão da vida dos professores também produz efeitos sobre a subjetividade. Ele passa a se perceber como responsável exclusivo por seu sucesso ou fracasso, em uma lógica meritocrática que desconsidera as condições estruturais do trabalho pedagógico. A frustração, a precarização e o adoecimento, frequentemente vivenciados por professores, são tratados como falhas individuais, em vez de sintomas de um sistema que captura a vida sob a forma de gestão e desempenho (Dardot; Laval, 2016). A biopolítica, portanto, produz uma subjetividade marcada pela culpa, pelo medo de errar, pela exaustão e pela busca incessante por reconhecimento institucional.

Além disso, essa racionalidade esvazia as possibilidades de construir *outros modos*. Ao transformar o ideal de professor em um modelo normativo amplamente disseminado, ela dificulta a emergência de alternativas de ser e ensinar. É nesse particular de buscas por brechas para a problematização desses dispositivos que a leitura foucaultiana se reveste de especial relevância. Ao historicizar a construção dos discursos e ao mostrar sua contingência, ela nos convida a desnaturalizar os regimes de verdade que organizam o campo educacional (Foucault, 2008a). A biopolítica não é totalizante; ela convive com resistências, contradições e fissuras. O poder está por toda parte; não porque englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares (Foucault, 1979b). A análise crítica dos modos como os professores são constituídos pode, portanto, favorecer a emergência de práticas formativas mais plurais, éticas e libertadoras, que reconheçam a docência como experiência viva, situada e política – como, afinal, *potência parresíastica*.

Assimilar os efeitos da biopolítica na formação de professores significa reconhecer que os sujeitos não são receptores passivos de políticas e discursos, mas agentes que podem criar sentidos, questionar normas e evidência, (re)inventar práticas e resistir à captura da vida pela lógica da gestão científica, da eficiência e do lucro a qualquer custo e da precarização de toda forma autônoma de existência. Tal reconhecimento é essencial para que se possa construir um projeto formativo comprometido com a justiça social, com a valorização das diferenças e com a dignidade do trabalho dos professores. Não há vida justa e ética sem garantia de direitos humanos, democracia, instituições fortes, imprensa livre e educação pública, gratuita, de qualidade e com referência social – do que tudo depende de professores bem formados e politicamente engajados, necessariamente apartados da *forma-empresa*.

Conclusões

A análise das políticas públicas de formação de professores sob o referencial foucaultiano permite uma ruptura com leituras ingênuas que as concebem como instrumentos puramente técnicos ou neutros. Ao contrário, essas políticas devem ser compreendidas como práticas discursivas que operam sob regimes de verdade historicamente constituídos, responsáveis por definir quais saberes são legítimos, quais condutas são esperadas e quais sujeitos professores são desejáveis. Nesse campo, o poder não se impõe apenas de modo repressivo, mas circula, conforma, regula e normaliza.

O pensamento de Michel Foucault convida a deslocar o foco da análise da essência para os efeitos das práticas, propondo um olhar atento aos modos como o poder se infiltra nos detalhes do cotidiano educacional. Essa mudança de perspectiva é fundamental para compreender que as políticas de formação não apenas qualificam o professor, mas o constituem. Elas produzem identidades, modulam condutas e direcionam os processos de subjetivação de modo a conformar o professor a modelos de excelência, eficácia e adaptabilidade compatíveis com a lógica neoliberal. Entretanto, ao mesmo tempo que as políticas públicas atuam como instrumentos de normatização e controle, Foucault nos ensina que o poder nunca é total, nem onipresente. Onde há poder, há resistência. A resistência, nesse caso, não precisa ser grandiosa ou violenta. Pode surgir em pequenas fissuras, nos desvios cotidianos, nas brechas institucionais que permitem a criação de outras práticas, outras vozes, outros modos de ser professor. É nesse espaço que emerge a possibilidade de repensar a formação de professores a partir de valores éticos, estéticos e políticos que escapem ao modelo vigente e dominante.

No interior das práticas formativas, a resistência pode assumir a forma de um currículo reinventado coletivamente, de um planejamento pedagógico que valorize saberes locais, ou mesmo da recusa em adotar ferramentas de avaliação padronizadas que invisibilizam contextos (Ferreira *et al.*, 2022). Ao historicizar os discursos, a arqueogenealogia foucaultiana evidencia que nada é natural ou definitivo, abrindo espaço para a construção de outras formas de verdade, mais plurais e situadas. Essa abertura à diferença como multiplicadora é uma das maiores contribuições do pensamento foucaultiano à formação professor. Adotar uma atitude foucaultiana frente à formação implica, portanto, questionar os sentidos dos enunciados que sustentam os dispositivos educacionais e recusar sua pretensa universalidade. Isso não significa negar a importância da técnica ou da sistematização de saberes, mas problematizar o modo como certos conhecimentos são privilegiados em detrimento de outros, bem como os

efeitos de exclusão que essas escolhas produzem. Nesse processo, o professor torna-se não apenas objeto, mas sujeito de saber e ação.

As práticas formativas, muitas vezes concebidas como meios de transmissão de conteúdos, podem ser reconfiguradas em espaços de partilha, escuta e invenção. O formador, nesse cenário, não é um transmissor de verdades, mas um agente que tensiona, provoca e mobiliza outras possibilidades de leitura e atuação. O campo da formação, longe de ser um terreno neutro, deve ser pensado como território político, permeado por disputas, tensões e potências de criação.

Foucault, ao recusar a ideia de sujeitos fixos ou identidades estáveis, sugere que os professores estão sempre em processo de constituição. Isso significa que sua identidade profissional não é algo a ser alcançado, mas continuamente construído e renegociado. Essa compreensão rompe com a lógica meritocrática e performativa que tem dominado os discursos educacionais e abre espaço para práticas mais sensíveis à complexidade da experiência dos professores.

Ao problematizar os efeitos normalizadores das políticas de formação, este ensaio buscou ressaltar a importância de práticas educativas que reconheçam a multiplicidade dos sujeitos e dos contextos escolares. É necessário recuperar o valor das narrativas, das experiências e dos saberes produzidos no chão da escola, frequentemente invisibilizados pelas exigências de desempenho e produtividade. A escuta, a reflexão e o diálogo devem ocupar lugar central nos processos formativos, substituindo o tecnicismo pela construção coletiva de sentidos.

Desse modo, retomar os conceitos de resistência, saber e poder sob a ótica foucaultiana é também um meio de devolver ao professor a condição de produtor de conhecimento e de agente político. Ao colocar em xeque os discursos que o classificam, avaliam e normalizam, abre-se a possibilidade de experiências formativas mais éticas, singulares e emancipatórias. Em vez de formar para o ajuste, formar para a crítica; em lugar da adaptação, a criação.

Em tempos de crescente padronização, controle e esvaziamento do sentido público da educação, adotar a atitude crítica proposta por Foucault significa manter viva a chama da indagação, da recusa e da imaginação. As políticas de formação não precisam ser reproduzidas acriticamente, mas podem ser tensionadas, reinventadas e reapropriadas em favor de um projeto educacional mais justo, plural e comprometido com a dignidade do trabalho dos professores e a potência transformadora da educação.

Referências

- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERREIRA, M. *Michel Foucault e o ensino de física: veredas*. *Pesquisa e Debate em Educação*, v. 8, n. 2, p.172-193, 2018.
- FERREIRA, M.; SILVA FILHO, O. L.; PORTUGAL, K. O.; BOTTECHIA, J. A. A.; LIMA, M. B.; COSTA, M. R. M.; FERREIRA, D. M. G.; OLIVER, N. A. D. Formação continuada de professores de Ciências em caráter investigativo, interdisciplinar e com mediação por tecnologias digitais. *RBPG – Revista Brasileira da Pós-Graduação*, v. 18, p. 1-39, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21713/rbpg.v18i39.1971>.
- FERREIRA, M. *et al.* Referenciais teórico-metodológicos na pesquisa em ensino de física entre 2001 e 2023: metalinguagens e relações saber-poder-subjetividade. *Revista de Enseñanza de la Física*, v. 35, n. 2, p. 117-132, 2023.
- FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979a.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979b.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as Coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, M. *Governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- FOUCAULT, M. *O Discurso Filosófico*. Lisboa: Edições 70, 2024.
- LAVAL, C. *A escola não é uma empresa*. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Boitempo: São Paulo, 2014.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, v. 27, p. 47-69, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>.